

**12. ESCOLHA E INÍCIO DO PROCEDIMENTO - CONCURSO PÚBLICO N.º
CP.11.16.DACPGP – EMPREITADA DE OBRA PÚBLICA - CENTRO ESCOLAR
DE ESPORÕES – REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO:**

Da **DPCG/DACPGP** submetendo ao Executivo Municipal a proposta de procedimento relativa ao Concurso Público para a empreitada de Obra Pública acima identificada, cujo preço base estimado é de **781.166,53 €**, sem IVA, bem como a aprovação do Programa de Procedimento e do Caderno de Encargos, nos termos da alínea b), n.ºs. 1 e 2 do art.º 40.º do CCP.

Mais se propõe a designação do seguinte júri, que conduzirá o concurso:

Presidente do júri: Eng.º Gaspar António Sampaio da Silva (o qual será substituído nas suas faltas e impedimentos, pelo vogal efetivo Arqt.º Nuno José Macedo Azevedo;

Vogais efetivos: Eng.ª Paula Cristina Monteiro Alvares Pereira;

Arqt.º Nuno José Macedo Azevedo;

Dr.ª Mafalda Sofia Campos Vilaça,

Téc.ª Valéria de Araújo Borges;

Vogais suplentes: Eng.º Luís Manuel Faria Borges de Almeida;

Eng.º Luis Miguel Mesquita e Sousa Pereira de Araújo.

Deverão ainda ter-se em conta os aspetos essenciais das peças de procedimento mencionados na proposta respetiva, que faz parte integrante da minuta.



BRAGA

DPCG/DACPGP

PROPOSTA N.º CP.11.16.DACPGP

DELIBERAÇÃO:

Remeta-se ao Sr. Presidente:

O chefe da DACPGP,

(Domingos Lopes)

15/09/16

Despacho:

O Presidente,

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

16/09/16

PROPOSTA DE PROCEDIMENTO:

CONCURSO PÚBLICO N.º CP.11.16.DACPGP

ASSUNTO: ESCOLHA E INÍCIO DE PROCEDIMENTO – CONCURSO PÚBLICO

Entidade adjudicante: alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º do CCP.

Concurso de Empreitada de Obra Pública adiante descrita, em conformidade com a alínea b) do artigo 19.º; n.º 1 do artigo 36.º, artigo 38.º, e artigos 130.º a 148.º, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Empreitada: CENTRO ESCOLAR DE ESPORÕES – REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO.

Vocabulário CPV:

45214200-2 Construção de edifícios
escolares

PREÇO BASE:

€781.166,53

Tornando-se necessário realizar a empreitada supramencionada, cujo projeto de execução apresentado corresponde aos objetivos e expectativa da Câmara para esta obra, justificada nas informações incluídas no processo do presente procedimento, cujo preço contratual estimado é de €781.166,53, sem imposto sobre o valor acrescentado (IVA), submete-se à consideração superior a presente proposta que visa obter autorização para a referida contratação.

Página 1 de 3

VB.

Face ao valor e considerando que a referida contratação está abrangida pelas normas acima assinaladas, constantes do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, retificado pela retificação 18-A de 2008 de 23 de Março, alterado pela Lei n.º 59/2008 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 223/2009 de 11 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010 de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010 de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015 de 02 de outubro, solicita-se, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º, e alínea b) do artigo 19.º, ambos do CCP, autorização para se adotar o **"Concurso público"**, propondo-se ainda o seguinte:

1 – PEÇAS DO PROCEDIMENTO

A aprovação, nos termos da alínea b) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 40.º do CCP, do Programa de Procedimento e do Caderno de Encargos.

2 – DESIGNAÇÃO DO JÚRI

Em conformidade com o previsto no artigo 67.º do CCP, a designação do júri a seguir referido, que conduzirá o concurso:

- Presidente do júri: Eng.º Gaspar António Sampaio da Silva (o qual será substituído nas suas faltas ou impedimentos, pelo vogal efetivo Arqt.º Nuno José Macedo Azevedo;
- Vogal efetivo: Eng.ª Paula Cristina Monteiro Alvares Pereira;
- Vogal efetivo: Arqt.º Nuno José Macedo Azevedo;
- Vogal efetivo: Dr.ª. Mafalda Sofia Campos Vilaça;
- Vogal efetivo: Téc.ª. Valéria de Araújo Borges;
- Vogal suplente: Eng.º Luís Manuel Faria Borges de Almeida;
- Vogal suplente: Eng.º Luís Miguel Mesquita e Sousa Pereira de Araújo.

3 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Propõe-se a delegação no júri, ou nos serviços do Departamento de Planeamento e Controlo de Gestão / Divisão de Aprovisionamento, contratação Pública e Gestão de Património (DPCG/DACPGP), nos termos do artigo 109.º do CCP, das competências adiante descritas, desde que não impliquem aumento da despesa nem estejam em causa aspetos essenciais das peças do procedimento, nomeadamente o seguinte:

Página 2 de 3

- Proceder às formalidades necessárias ao procedimento do concurso na plataforma eletrónica e notificações;
- A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, art.º 66.º do CCP.
- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto no n.º 2 do artigo 50.º do CCP.
- Proceder a retificações das peças do procedimento;
- Proceder às decisões de prorrogação nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 64.º do CCP, previstas no n.º 4 do mesmo artigo, cumprindo as formalidades aí descritas;
- Proceder às formalidades subsequentes ao relatório final ou decisão de adjudicação, tais como, subscrição dos documentos.

4 – DECISÃO DE CONTRATAR

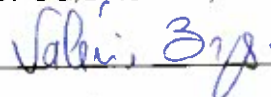
O órgão competente para tomar a decisão de contratar é a Câmara Municipal, no uso de competência própria, estabelecida na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

5 – CABIMENTO ORÇAMENTAL

Para os devidos efeitos, junta-se a informação do cabimento prévio n.º 2016030/492 de 09/09/2016.

15 de setembro de 2016

DPCG/DACPGP,



(Téc. Valéria Borges)

Em anexo:

- Programa do concurso;
- Caderno de encargos.

Página 3 de 3